

1 Aos 28 e 29 de junho de 2005, na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio Genético - DPG,
2 situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília-DF, realizou-se a 13ª Reunião Ordinária da
3 Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO. O primeiro dia de reunião contou com a presença
4 dos seguintes membros da Comissão: Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio Ferreira de**
5 **Souza Dias** (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA; Sr. **Afonso Celso**
6 **Candeira Valois** (titular), representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -
7 MAPA; Sra. **Márcia Chame dos Santos** (titular) e Sr. **André Fenner** (suplente), representantes do
8 Ministério da Saúde - MS; Sra. **Adriana Sader Tescari** (suplente), representante do Ministério das
9 Relações Exteriores - MRE; Sra. **Raquel Porto Mendes Fonseca** (titular), representante do Ministério
10 do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Sr. **Luiz A. Dombek** (suplente), representante do
11 Ministério da Integração Nacional - MI; Sr. **Wilson Loureiro** (suplente), representante da Associação
12 Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA; Sra. **Cléia Anice da Mota Porto**
13 (suplente), representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Sra.
14 **Sônia Machado de Campos Dietrich** (titular), representante da Academia Brasileira de Ciências -
15 ABC; Sr. **César Victor do Espírito Santo** (titular), representante das Organizações Não-
16 Governamentais Ambientistas indicado pelo Fórum de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio
17 Ambiente e o Desenvolvimento; Sra. **Nurit Bensusan** (titular), representante dos Movimentos Sociais
18 indicadas pelo Fórum de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento;
19 Sra **Joênia Batista Carvalho** (titular) e Sr. **Lúcio Flores** (suplente), representantes da Coordenação
20 das Organizações Indígenas da Amazônia COIAB; Sr. **Angelo Greco** (titular) e Sr. **Tibério Leonardo**
21 **Guitton** (suplente), representante da Confederação Nacional da Agricultura CNA; Sra. **Eliane Anjos**
22 (titular) e Sra. **Grace Dalla Pria Pereira** (suplente), representante da Confederação Nacional da
23 Indústria CNI; e o Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante do Movimento Nacional dos

24 Pescadores MONAPE. Na reunião também estavam presentes: Sra. **Anita Diederichsen**, da The
25 Nature Conservancy -TNC, Sr. **Carlos A. M. Scaramozza** e Sr. **Sidney Tadeu Rodrigues**, da World
26 Wild Fund - WWF Brasil, Sr. **Onildo João Marini Filho**, do IBAMA; Sra. **Débora L. Silvano**, do
27 Núcleo Cerrado/MMA, Sra. **Raquel Resende** e Sr. **Mauro Pichorim**, da DCBio/MMA. No segundo
28 dia de reunião estiveram presentes os seguintes representantes da Comissão: Sr. **Paulo Yoshio**
29 **Kageyama** (titular) e Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (suplente), representantes do Ministério do
30 Meio Ambiente - MMA; Sr. **Afonso Celso Candeira Valois** (titular), representante do Ministério da
31 Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Sra. **Márcia Chame dos Santos** (titular) e Sr. **André**
32 **Fenner** (suplente), representantes do Ministério da Saúde - MS; Sra. **Adriana Sader Tescari**
33 (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sra. **Raquel Porto Mendes**
34 **Fonseca** (titular), representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Sra. **Márcia**
35 **Quadrado** (titular), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Sr. **Luiz A.**
36 **Dombek** (suplente), representante do Ministério da Integração Nacional - MI; Sr. **Wilson Loureiro**
37 (suplente), representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente -
38 ABEMA; Sra. **Cléia Anice da Mota Porto** (suplente), representante da Confederação Nacional dos
39 Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Sra. **Sônia Machado de Campos Dietrich** (titular),
40 representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC; Sr. **César Victor do Espírito Santo** (titular),
41 representante das Organizações Não-Governamentais Ambientistas indicado pelo Fórum de ONG's e
42 Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sra. **Nurit Bensusan** (titular),
43 representante dos Movimentos Sociais indicadas pelo Fórum de ONG's e Movimentos Sociais para o
44 Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sra **Joênia Batista Carvalho** (titular) e Sr. **Lúcio Flores**
45 (suplente), representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia COIAB; Sr.
46 **Angelo Greco** (titular) e Sr. **Tibério Leonardo Guitton** (suplente), representante da Confederação

47 Nacional da Agricultura CNA; Sra. **Grace Dalla Pria Pereira** (suplente), representante da
48 Confederação Nacional da Indústria CNI; e o Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante
49 do Movimento Nacional dos Pescadores MONAPE. A pauta da reunião no dia 28 de junho
50 compreendeu os seguintes itens: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO
51 DA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA; 4 – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO; 4.1 –
52 Resultados da Câmara Técnica Temporária Cerrado e Pantanal: Aprovação do **relatório de**
53 **encerramento das atividades da câmara técnica temporária cerrado e pantanal**; Avaliação da
54 minuta de Deliberação que solicita a realização de oficina para identificação de prioridades de pesquisa
55 sobre o manejo de espécies utilizadas para fins energéticos, a promoção de manuais técnicos e a
56 intensificação da fiscalização de desmatamentos ilegais nos biomas Cerrado e Pantanal; Avaliação da
57 minuta de Deliberação que dispõe sobre a regularização das Reservas Legais e recuperação de Área de
58 Preservação Permanente; Avaliação da minuta de Resolução que solicita informações sobre os
59 Programas do PPA desenvolvidos nos biomas Cerrado e Pantanal, e dispõe sobre a inserção do tema
60 biodiversidade na Avaliação de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, e a
61 implementação da Avaliação Ambiental Estratégica para os programas e ações com potenciais
62 impactos negativos nestes biomas; Avaliação da minuta de Deliberação que institui a Câmara Técnica
63 Permanente para o acompanhamento da implantação dos programas do PPA; Avaliação da minuta de
64 Resolução que atribui aos Órgãos do Governo com ações em educação ambiental que potencializem
65 suas atividades nos biomas Cerrado e Pantanal; Avaliação da minuta de Resolução que atribui aos
66 órgãos e organizações da sociedade civil integrantes da CONABIO a realização de uma oficina sobre
67 boas práticas ambientais nos biomas Cerrado e Pantanal; Avaliação da minuta de Resolução que adota
68 o Programa de Trabalho para Áreas Áridas e Sub-úmidas da Convenção sobre Diversidade Biológica
69 para os biomas Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampas. O dia 29 de junho contou com os seguintes itens

70 na pauta: 4.2 – Prorrogação da Câmara Técnica Temporária da Caatinga; 4.3 – Resultados da Câmara
71 Técnica Temporária COP8: Avaliação da minuta de deliberação que solicita providências e
72 informações sobre os programas ou planos de ações para serem divulgados durante a 8ª. Conferência
73 das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica em 2006 em Curitiba; Avaliação da minuta de
74 deliberação que solicita a formação de grupo de especialistas para discussão de temas oriundos de
75 demandas da CONABIO; 5. INFORMES: 5.1 – COP-8; 5.2 – Projeto Nacional de Priorização e
76 Transversalização da Biodiversidade e Fortalecimento Institucional (PROBIO II); 5.3 – Informe sobre o
77 processo de elaboração dos planos de ação para implementação da Política Nacional de Biodiversidade
78 – PNB; 5.4 – Reavaliação das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e
79 Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Zona Costeira Marinha – Núcleo de Zona
80 Costeira e Marinha/SBF/MMA; Mata Atlântica – Núcleo da Mata Atlântica/SBF/MMA; Amazônia –
81 Projeto ARPA/MMA; Cerrado e Pantanal – Núcleo Cerrado e Pantanal/SBF/MMA; 5.5 – Preparação
82 para a reunião de revisão da implementação da CDB (setembro, Canadá) “Ad Hoc Open-ended
83 Working Group on the Review of Implementation of the Convention (*Operations of the Convention on*
84 *Biological Diversity*)”; 6 – ASSUNTOS GERAIS; e 7 – ENCERRAMENTO. O presidente iniciou a
85 reunião às 10h10 no primeiro dia, saudou os presentes e colocou a pauta em votação, a qual foi
86 aprovada de forma unânime. Em seguida, colocou a Ata da 12ª Reunião Ordinária em discussão, a qual
87 foi aprovada após a incorporação de pequenas modificações. Deu-se início ao item 4.1 da pauta
88 “Resultados da Câmara Técnica Temporária Cerrado e Pantanal”. O Sr. **Braulio Dias** apresentou o
89 relatório de encerramento das atividades da Câmara Técnica Temporária Cerrado e Pantanal, informou
90 sobre as reuniões realizadas, os especialistas convidados, os procedimentos adotados e fez um pequeno
91 resumo sobre os resultados alcançados. O Sr. **Angelo Greco** pediu que o relatório das atividades da
92 CTT-Cerrado e Pantanal fosse aprovado e que se passe imediatamente para as discussões das minutas

93 de deliberação propostas. O Sr. **Paulo Kageyama** informou que não era necessária uma votação sobre
94 o relatório, pois todos concordavam que a CTT-Cerrado e Pantanal trabalhou intensamente e que eram
95 necessárias votações somente para as propostas de deliberações. Passou-se para a avaliação da minuta
96 de deliberação que solicita a realização de oficina para identificação de prioridades de pesquisa sobre o
97 manejo de espécies utilizadas para fins energéticos, a promoção de manuais técnicos e a intensificação
98 da fiscalização de desmatamentos ilegais nos biomas Cerrado e Pantanal (Anexo IX do Relatório da
99 CTT Cerrado e Pantanal). Após algumas recomendações de mudanças da estrutura do texto, como a
100 incorporação de prazo e alteração da ordem de artigos de forma a dar mais coerência às idéias, o Sr.
101 **Paulo Kageyama** colocou em votação a minuta, que foi aprovada de forma unânime pelos presentes.
102 Passou-se para a próxima proposta de deliberação que dispõe sobre a regularização das Reservas Legais
103 e recuperação de Área de Preservação Permanente (Anexo XI do Relatório da CTT Cerrado e
104 Pantanal). Houve uma discussão sobre a estrutura da deliberação e sobre uma estratégia para garantir a
105 efetividade das medidas propostas. O Sr. **Tibério Guitton** falou que a redação de alguns artigos estava
106 confusa e que não existe legislação que obrigue os bancos a obedecerem o código florestal e que existe
107 um passivo ambiental que deve ser considerado. O Sr. **César Vítor do Espírito Santo** informou que
108 apesar do passivo ambiental, houve muitos desmatamentos após a promulgação do código florestal e
109 que estas propriedades devem se adequar às exigências. A Sra. **Cléia Porto** cita que o direito à
110 propriedade está vinculado à sua função socio-ambiental e por isso todos devem cumprir as exigências
111 legais. O Sr. **Wilson Loureiro** informou que os cartórios do Estado do Paraná estão exigindo o
112 cumprimento das exigências ambientais para a realização das transferências. A Sra. **Joênia Carvalho**
113 informou que nas Terras Indígenas existem ocupações irregulares e que não existe fiscalização a
114 respeito e sugeriu que fosse incluído um levantamento junto à FUNAI. O Sr. **Lúcio Flores** falou que
115 era necessário deixar mais claro que a proposta abrange todo o território nacional. O Sr. **Tibério**

116 **Guilton** falou que não há base legal para a proposta de deliberação e que as determinações estão
117 fundamentadas em dispositivos inexistente. A Sra **Nurit Bensusan** propôs manter a exigência, pois
118 assim seria uma forma de saber se haverá espaço para ser implementada, caso não haja, os mecanismos
119 necessários para implementação poderiam ser propostos pela própria CONABIO. O Sr. **Tibério**
120 **Guilton** comentou que a determinação de Reserva Legal (RL) e que Área de Preservação Permanente
121 (APP) não está vinculada à obtenção de crédito e isto pode provocar problemas jurídicos. A Sra. **Grace**
122 **Pereira** pediu mais tempo para avaliar a minuta com relação às competências da CONABIO e do
123 CONAMA, para evitar que o plenário tome decisões fora de suas competências. O Sr. **Tibério Guilton**
124 considerou a possibilidade de haver um programa governamental de apoio à regularização de RLs e
125 APPs de forma a apoiar a adimplência. Em vista das sugestões de supressão de partes do texto e de
126 questionamentos se o conteúdo da deliberação não estaria acima das competências da CONABIO, foi
127 sugerido pelo Sr. **André Fenner** que se fizesse um grupo para discussão e adequação para trazer os
128 resultados até o dia seguinte. O Sr. **Braulio Dias** comentou que existem as seguintes opções para a
129 deliberação: retirada de todo o artigo 8º; deixar a decisão para o dia seguinte com o grupo de apoio
130 trabalhando à noite; adiar a decisão para a próxima reunião da CONABIO; e adaptar os itens
131 controversos. O Sr. **Luiz Dombek** falou que o texto poderia ficar somente como sugestão e desta forma
132 não se trataria de uma imposição. O Sr. **César do Espírito Santo** falou que o plenário tem a obrigação
133 de sugerir e identificar mecanismos e instrumentos para frear a devastação e a perda dos biomas
134 brasileiros. A Sra. **Eliane Anjos** falou que o problema de desmatamento não será resolvido com uma
135 deliberação da CONABIO e que o plenário deveria se preocupar em discutir e propor condições para a
136 promoção da adimplência ambiental. Após uma seqüência de proposições e debates o plenário decidiu
137 (6 votos à favor, 4 contra e 2 abstenções) que a deliberação seria votada neste mesmo dia com as
138 adaptações necessárias. O Sr. **Paulo Kageyama** encerrou os trabalhos da manhã do primeiro dia às

139 13h05. A reunião foi reiniciada às 14h45, com o prosseguimento da discussão do anexo XI do relatório
140 da CTT-Cerrado e Pantanal. Após um debate sobre a manutenção ou eliminação do Artigo 8º e
141 exposições de justificativas sobre os prós e contras da manutenção/eliminação, houve a votação do
142 mesmo, inciso por inciso. O inciso I foi aprovado por 9 votos à favor, 1 contra (Sr. **Angelo Greco**) e 2
143 abstenções (Sras. **Sônia Dietrich** e **Eliane Anjos**). Os incisos II e III foram aprovados de forma
144 unânime. Deu-se continuidade à análise do conteúdo restante da deliberação, tendo sido questionada a
145 pertinência e respaldo legal de partes dela. Alguns dos presentes, no entanto, afirmaram que há
146 legalidade para as proposições. Houve a proposição de se fazer uma consulta jurídica à respeito dos
147 impasses. O Sr. **Tibério Guitton** informou que a redação do Art. 13 é mandatória e gera animosidade,
148 e que o setor produtivo agrícola está interessado em contribuir para a conservação. O Sr. **César do**
149 **Espírito Santo** falou que não se está propondo animosidade e nem conflito, simplesmente se está
150 pedindo para que a legislação seja cumprida. Logo após, o Sr. **Paulo Kageyama** pediu para que a
151 decisões fossem tomadas no próximo dia e encerrou os trabalho às 18h25. No dia seguinte, o Sr. **Paulo**
152 **Kageyama** iniciou a reunião às 9h35 com a retomada das discussões pendentes. A Sra. **Cléia Porto** e
153 o Sr. **Aladim Gomes** propuseram nova redação para o Artigo 12 valorizando a adimplência ambiental.
154 O Sr. **Tibério Guitton** se opôs a qualquer dispositivo que impeça ou dificulte a transferência de
155 imóveis rurais. O Sr. **César do Espírito Santo** falou que o setor ambientalista e sócio-ambientalista
156 entende como essencial as exigências postas na minuta de deliberação e defendem a manutenção destes
157 instrumentos. O Sr. **Angelo Greco** questiona o uso da palavra “condicionar”, pois os agricultores tem
158 direito em transferir a propriedade, também complementa que proposições mandatórias nunca deram
159 certo no Brasil. O Sr. **Afonso Valois** sugeriu utilizar a expressão “racionalizar o processo de registro de
160 imóveis” para não ter uma conotação mandatória. Em seguida houve proposições de alteração e
161 adaptação do Art. 12 e o Sr. **Paulo Kageyama** colocou em votação a nova versão, a qual foi aprovada

162 por 10 votos favoráveis, 1 contra (Sr. **Angelo Greco**) e 4 abstenções (Sras. **Sônia Dietrich**, **Adriana**
163 **Tescari** e **Grace Pereira** e Sr. **Luiz Dombek**). O Art. 13 também sofreu alterações de redação e o Sr.
164 **Paulo Kageyama** colocou em votação a nova versão a qual foi aprovada por 10 votos favoráveis, 1
165 contra (Sr. **Angelo Greco**) e 3 abstenções (Sras. **Grace Pereira**, **Adriana Tescari** e **Sônia Dietrich**).
166 Em seguida foram aprovados por unanimidade os Arts. 14 e 16 e foi suprimido por unanimidade o Art.
167 15. Passou-se para a discussão do Anexo XVII da CTT-Cerrado e Pantanal - minuta de Resolução que
168 solicita informações sobre os Programas do PPA desenvolvidos nos biomas Cerrado e Pantanal, e
169 dispõe sobre a inserção do tema biodiversidade na Avaliação de Impacto Ambiental e Relatório de
170 Impacto Ambiental, e a implementação da Avaliação Ambiental Estratégica para os programas e ações
171 com potenciais impactos negativos nestes biomas. A Sra. **Raquel Fonseca** comentou sobre a
172 cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Ministério do Planejamento, Orçamento e
173 Gestão – MP sobre o assunto tratado na proposta de deliberação e informou sobre uma iniciativa de
174 curso para acompanhamento e avaliação do PPA e para Avaliação Ambiental Estratégica - AAE. A Sra.
175 **Grace Pereira** comentou que não há legislação no Brasil sobre AAE e que a CONABIO poderia estar
176 sugerindo algo sem respaldo legal e que talvez o assunto devesse passar inicialmente pelo CONAMA.
177 O Sr. **Braulio Dias** defendeu a manutenção da proposição, uma vez que se trata de um instrumento de
178 planejamento e que a CONABIO deveria contribuir neste processo. A Sra. **Adriana Tescari** comentou
179 que não deveria ser incluído todo o conteúdo da Decisão VI/7 da COP6/CDB, pois nela existem
180 algumas particularidade que não se aplicam ao Brasil, pediu que se trocasse a palavra “adotar” por
181 “considerar” no Art. 1º. O Sr. **Afonso Valois** propôs incluir “de florestas” no inciso II do Artigo 4º. Sra.
182 **Nurit Bensusan** expressou que não via problema nas proposições, pois não se tratava de um ato
183 mandatório. Em seguida, houve algumas sugestões de mudanças e proposições de melhoria do texto, as
184 quais foram incorporadas na versão final, e a proposta de Resolução foi colocada em votação tendo sido

185 aprovada de forma unânime. Passou-se para a discussão do Anexo XVIII do Relatório da CTT-Cerrado
186 e Pantanal “minuta de Deliberação que institui a Câmara Técnica Permanente para o acompanhamento
187 da implantação dos programas do PPA”. Houve alguns comentário sobre a estrutura do texto e, por fim,
188 a proposta foi aprovada de forma unânime. Após o Sr. **Paulo Kageyama** colocou em discussão as duas
189 minutas de deliberação referentes ao Item 4.3 da pauta “solicitação de providências e informações sobre
190 os programas ou planos de ações para serem divulgados durante a 8a. Conferência das Partes da
191 Convenção sobre Diversidade Biológica em 2006 em Curitiba” e “solicitação da formação de grupo de
192 especialistas para discussão de temas oriundos de demandas da CONABIO”. Após uma breve discussão
193 sobre a estrutura do texto e de melhorias que foram incorporadas, a primeira proposta de deliberação foi
194 aprovada por 12 votos favoráveis e um contra (Sr. **Tibério Guitton**). A segunda proposta de
195 deliberação foi aprovada de forma unânime, no entanto a lista de temas pré-identificados foi reduzida
196 de 23 para 3 (Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios e Conhecimentos Tradicionais,
197 Inovações e Práticas (Artigo 8(j), Áreas Protegidas, e III - Uso Sustentável da Biodiversidade) com a
198 possibilidade de ampliação de acordo com a necessidade. O Sr. **Paulo Kageyama** encerrou os trabalhos
199 do período da manhã às 12h45 e reiniciou à tarde às 14h30, com a discussão do Anexo XIX do relatório
200 da CTT-Cerrado e Pantanal (minuta de Resolução que atribui aos Órgãos do Governo com ações em
201 educação ambiental que potencializem suas atividades nos biomas Cerrado e Pantanal). Houve uma
202 série de modificações de estrutura e melhoramento do texto, as quais foram incorporadas. Após uma
203 avaliação total a minuta de Resolução foi convertida em minuta de Deliberação e aprovada de forma
204 unânime. Passou-se para a avaliação do Anexo XX do Relatório da CTT-Cerrado e Pantanal (minuta de
205 Resolução que atribui aos órgãos e organizações da sociedade civil integrantes da CONABIO a
206 realização de uma oficina sobre boas práticas ambientais nos biomas Cerrado e Pantanal). Após
207 algumas considerações de ordem estrutural no texto a proposta de Resolução foi convertida em

208 Deliberação e aprovada de forma unânime. Em seguida, passou-se para a análise da minuta de
209 Resolução que adota o Programa de Trabalho para Áreas Áridas e Sub-úmidas da Convenção sobre
210 Diversidade Biológica para os biomas Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampas (Anexo XXII do relatório
211 da CTT-Cerrado e Pantanal). A Sra. **Nurit Bensusan** expressou seu desejo de que não se priorizassem
212 as ações nas Área Prioritárias identificadas pelo PROBIO e que a recomendação fosse mais abrangente.
213 O Sr. **César do Espírito Santo** questionou se o Programa de Trabalho é compatível com a legislação
214 brasileira. Outros comentários sobre propostas de melhoria do texto foram incorporados. O Sr. **Paulo**
215 **Kageyama** colocou a minuta de Resolução em votação, e esta foi aprovada de forma unânime. Em
216 seguida o Sr. **Paulo Kageyama** colocou em discussão o Item 4.2 da pauta “Prorrogação da Câmara
217 Técnica Temporária da Caatinga”. O Sr. **Braulio Dias** fez um breve informe dos trabalhos realizados
218 pela CTT-Caatinga até o momento e justificou a necessidade de ampliação do prazo da referida CTT
219 para o bom andamento dos trabalhos propostos. O plenário deliberou de forma unânime pela
220 prorrogação da duração da CTT-Caatinga por mais seis meses. O Sr. **Paulo Kageyama** passou para o
221 ponto 5.4 da pauta “Reavaliação das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e
222 Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira” com a apresentação do Núcleo Cerrado e
223 Pantanal/SBF/MMA. A Sra. **Débora L. Silvano** explicou que a iniciativa começou com o desejo do
224 Núcleo Cerrado e Pantanal/SBF/MMA em identificar áreas para a criação de UCs. Para isso foram
225 convidadas algumas instituições e estabeleceram-se parcerias (WWF, TNC, Funatura, Biodiversitas,
226 CI-Brasil e outras). Em seguida convidou o Sr. **Ricardo B. Machado** (Conservação Internacional do
227 Brasil) para apresentar o método e resultados preliminares. Durante a apresentação foram explicados os
228 instrumentos que estão sendo utilizados para a atualização e os resultados já alcançados. Houve uma
229 série de perguntas e sugestões, destacando-se que os resultados não podem ter um dinamismo muito
230 elevado, pois isso dificulta sua utilização em políticas públicas. Foi sugerido também utilizar os dados

231 do subprojeto de remanescentes de biomas, (que está sendo elaborado pelo PROBIO), que se
232 considerasse também os serviços ambientais e que pelo menos parte dos resultados já estivessem
233 disponíveis para a COP 8, em março de 2006. O Sr. **Ricardo B. Machado** agradeceu as sugestões e
234 falou que tão logo os resultados estejam prontos serão submetidos à CONABIO. O Sr. **Paulo**
235 **Kageyama** passou para os item 5 da pauta “Informes”. O Sr. **Braulio Dias** informou sobre o
236 andamento dos trabalhos da CTT-COP8 e os preparativos já tomados para a preparação do evento.
237 Citou que a comissão preparatória da COP será oficializada por meio de um decreto presidencial, o
238 qual não está finalizado até o momento. Também foi informado sobre o andamento da preparação do
239 Projeto Nacional de Priorização e Transversalização da Biodiversidade e Fortalecimento Institucional.
240 Por fim, o Sr. **Braulio Dias** informou que entre 24 e 26 de agosto se realizará em Salvador uma reunião
241 sobre sobre o processo de elaboração dos planos de ação para implementação da Política Nacional de
242 Biodiversidade – PNB, para a qual todos os membros da CONABIO serão convidados, além de outros
243 atores-chave. O Sr. **Paulo Kageyama** sugeriu que os demais informes fossem adiados para a próxima
244 reunião em função do horário adiantado e do esvaziamento do plenário, agradeceu a presença e o
245 empenho de todos e encerrou a reunião às 17h20min. Eu, Mauro Pichorim, por solicitação do
246 Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

247

248

249

250

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

251

Secretário de Biodiversidade e Florestas

252

Presidente da CONABIO